

Proposta de reforma administrativa de Bolsonaro é volta ao passado

Chamando de “Nova Administração Pública” representantes do governo usam dados subjetivos e é midiática, trazendo como carro chefe ataque a pontos que sequer existem mais para a maioria do funcionalismo. ‘Andar de cima’ está blindado

Uma reforma Administrativa que exclui magistrados, parlamentares e militares foi apresentada ontem (3) pela equipe técnica do governo Bolsonaro. O secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva, acompanhou a apresentação da proposta que será encaminhada ao Congresso Nacional. O dirigente critica o uso de dados subjetivos sobre o funcionalismo. “O andar de cima continua sendo blindado. O foco continua sendo os que mantém a máquina pública funcionando”, resume. Para o secretário-geral a reforma vai sim atingir atuais servidores, apesar do governo usar argumento contrário.

Fim do RJU

A proposta receberá uma análise minuciosa da subseção do Dieese na entidade. O economista Max Leno de Almeida chama atenção para opção do governo em fatiar a proposta com pontos considerados polêmicos ficando de fora dessa primeira apresentação. Questões remuneratórias, progressões e outros temas como regulamentação de pontos específicos devem ser encaminhados ao Congresso por meio de dispositivos que não dependem de alteração constitucional, enquanto a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tramita. **A medida altera pontos centrais, incluindo estabilidade, salários e regime de contratação, abrindo espaço para o fim do Regime Jurídico Único (RJU).**

É retrocesso

Além de blindar e proteger setores considerados privilegiados no funcionalismo,

a reforma Administrativa apresenta soluções “no varejo” que tem forte apelo midiático. **“Colocam temas como anuênio, quinquênio, férias prêmio, tudo isso já não existe mais no funcionalismo. Parece que querem mostrar que estão sendo carrascos com servidores, mas o andar de cima está sendo preservado”, destaca Sérgio Ronaldo.** “Além disso abrem espaço para apadrinhamento no formato de contratação, uma verdadeira volta ao padrão de contratação da era pré-Vargas”, critica. A ampliação de contratações temporárias em detrimento da realização de concursos públicos é um retrocesso que precisa ser combatido energeticamente.

Dados apresentados pela equipe técnica do governo são confrontados e estão maquiados e distorcidos. Sérgio chama atenção para a narrativa que governo escolheu adotar de que servidores atuais não serão afetados. “Querem nos dividir para que fiquemos quietos”, resume. “O que esse governo precisa admitir é que essa política econômica fracassou. Falam sobre Estado inchado, mas não falam que 45% das despesas obrigatórias vão para o pagamento de amortização e despesas de juros da dívida. Esse é o ranço do nosso País. A proposta foi um show de desconhecimento do Estado brasileiro. Vai ter enfrentamento, concluiu.

[Leia matéria completa em www.condsef.org.br](http://www.condsef.org.br)

#nãoàreformaadministrativa
#defendaoserviçopúblico
#jornadaunitária